



Número: **0812913-78.2017.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **30/08/2017**

Valor da causa: **R\$ 16.508,72**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA ALEXANDRA DE LIMA (AUTOR)		RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33201 2	30/08/2017 18:17	Petição Inicial	Petição Inicial
33205 4	30/08/2017 18:17	procuração	Procuração
33205 6	30/08/2017 18:17	declaração	Documentos
33205 8	30/08/2017 18:17	identidade	Documentos
33206 5	30/08/2017 18:17	comprovante de residência	Documentos
33207 6	30/08/2017 18:17	ctps	Documentos
33208 2	30/08/2017 18:17	boletim de ocorrência	Documentos
33208 6	30/08/2017 18:17	exames 1	Documentos
33210 4	30/08/2017 18:17	exames 2	Documentos
33210 9	30/08/2017 18:17	exames 3.compressed (2)	Documentos
33211 4	30/08/2017 18:17	sinistro	Documentos

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TERESINA/PI.

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

MARIA ALEXANDRA DE LIMA, brasileira, solteira, vendedora, CPF n.
027.148.673-24, RG 2367860, residente e domiciliada à Rua Raimundo Vilanova, nº 876, Bairro
Poty Velho, cidade de Teresina – PI, CEP. 64.005-803; por seus procuradores conforme
instrumento em anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.248.608/0001-04, situada na rua
Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/ RJ, CEP 20031-205, alicerçado nos
seguintes fundamentos de fato que passa a expor:

-

EM SEDE DE PRELIMINAR

1. DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL.



A autora ajuizou a presente demanda nesta comarca uma vez que a ré possui agência ou sucursal na presente jurisdição, o que faculta ao mesmo a interposição da presente actio perante este n. Juízo.

O artigo 53, item b, do NCPC garante esse direito ao demandante, o que ora se transcreve:

“b) onde se acha a agência ou sucursal, quanto às obrigações que ela contraiu; determina que “nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato”.

Tal regra, contudo, consiste em faculdade conferida ao autor da demanda, não tendo o condão de afastar as regras gerais de competência previstas no Diploma Processual Civil.

Também nesse sentido a Súmula n.º 540 do STJ:

“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.”

Ante os fundamentos acima expostos, a parte autora postula o direito de litigar na comarca onde se encontra a agência ou sucursal da ré, uma vez que facilita a sua condução e possui maiores condições de custear despesas e custas processuais sem o sacrifício próprio, uma vez que é parte hipossuficiente nos termos do art. 6º CDC.

2. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Em relação à audiência de conciliação prévia, ante a necessidade de realização de perícia e demais informações ao feito, até pela própria conduta da ré nos diversos processos que possui de conhecimento deste Juízo, acredita-se que a mesma não terá êxito pelo próprio objeto da demanda, postulando o prosseguimento do feito com a citação da ré e pela economia processual ao feito.

3. DO ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA INTIMAÇÕES

Pelos poderes que lhes foram outorgados aos presentes causídicos pela procuração que já resta acostada aos autos, estes informam o endereço para fins de intimação:



- pinheiroedavilaadvogados@gmail.com

Em relação ao endereço eletrônico da ré, a parte autora desconhece qual o email que a mesma responde por intimações, não podendo informar a respeito, nem tampouco se responsabilizar por tal informação, devendo a parte ré informar juntamente com a contestação.

EM SEDE DE MÉRITO

4. DOS FATOS

A autora foi vítima de acidente de trânsito na data de 12/09/2016, na cidade de Teresina, sofrendo escoriações, fratura no braço direito umeral e demais lesões, como se comprova com os documentos em anexo e que serão juntados ao término da instrução processual.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes; bem como diversas escoriações, conforme documentos acostados a exordial.

Acontece que a parte autora recebeu apenas o importe de **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) administrativamente.**

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela [DPVAT](#), sem contar com a atualização para os dias atuais.

5. DO DIREITO

Como se verifica nos fatos narrados, o autor não recebeu os valores devidos pelo acidente de trânsito sofrido, mesmo havendo redução funcional.

O próprio nome do Seguro Dpvat é esclarecedor; Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o Dpvat é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19.12.1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso das despesas médicas.



As indenizações do DPVAT são pagas independentemente de apuração de culpa, da identificação do veículo ou de outras apurações, desde que haja vítimas, transportadas ou não.

Ou seja, o Seguro DPVAT é obrigatório porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores em Vias Terrestres (DPVAT), o autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

“Art.3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seus procuradores, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação suso mencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que o acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente e dados do veículo, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:



“Art.5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, tem o requerente direito à majoração da indenização.

Dessa forma, o autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. LEI Nº 11.945/09. TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO. LIMITAÇÃO DAS FUNÇÕES CEREBRAIS. SEQUELAS PERMANENTES. INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA PELO VALOR MÁXIMO. DEDUÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DA DATA DO PAGAMENTO FEITO A MENOR. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. APELO PROVIDO.

1. Em matéria de pagamento de parcelas indenizatórias referentes ao seguro obrigatório DPVAT, deve-se aplicar a legislação vigente ao tempo da ocorrência do sinistro causador da morte, da invalidez permanente ou das despesas médicas e hospitalares (tempus regit actum).

2. Tanto o relatório médico apresentado pelo acidentado/apelante, quanto o parecer médico do perito da própria seguradora apelada são uníssonos quanto ao fato de que o recorrente, em razão do acidente, sofreu traumatismo crânio encefálico, do qual resultou à vítima sequelas permanentes, dentre elas, uma limitação das funções do sistema nervoso central. Logo, vez que o caso dos autos se enquadra, conforme a tabela trazida pela Lei nº 11.945/09, dentre as hipóteses de invalidez permanente total, mostra-se devido o pagamento do seguro DPVAT em seu valor máximo, com a dedução da quantia paga administrativamente pela seguradora, a fim de se evitar enriquecimento sem causa.

3. Tratando-se da ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT, a correção monetária dever incidir a partir da data do pagamento a menor realizado pela seguradora, por ser este o momento em que se inicia o prejuízo do demandante/acidentado.



4. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula nº 426, do STJ).

5. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedentes os pedidos autorais.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2014.0001.004120-7 | Relator: Des. Oton Mário José Lustosa Torres | 4ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 15/09/2015).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez, uma vez que permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada.

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora recebeu pequeno percentual ao qual lhe é devido, **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) administrativamente**. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto mais em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora.

Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo



como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

Destaca-se então o grau de redução da funcionalidade do autor, a qual sente dores até a presente data, havendo limitação, tornando-se evidente assim a redução funcional, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#).

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT. LEI. 11.945/09. MANUTENÇÃO, IN TOTUM, DA SENTENÇA RECORRIDA.

I- A quitação dada pelo segurado no âmbito administrativo não obsta, por si só, o direito de ação daquele que poderá pleitear judicialmente a complementação do valor do seguro DPVAT que entenda devido.

II-E para averiguar o direito ao seguro DPVAT é necessário a comprovação da existência do acidente de trânsito, bem assim do óbito, da invalidez permanente (total ou parcial), ou das despesas médicas e hospitalares, além do nexo de causalidade entre eles – não cabe, pois, a averiguação de culpa, a teor do art. 5º, da Lei do DPVAT.



III- Na impossibilidade de obtenção do Laudo do IML, deverá ser anexada à documentação o relatório do médico assistente comprovando a existência e a natureza da invalidez, conforme restou provado nos autos.

IV- Com efeito, das provas produzidas, concluiu-se que o Apelado sofreu politraumatismo, do qual resultou à vítima sequelas permanentes, dentre elas, uma limitação de 90% (noventa por cento) das funções da perna direita e perda do 1º pododáctilo, se enquadrando perfeitamente no segundo grupo (Danos Corporais Segmentares – Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores), devendo portanto prosperar os cálculos apresentados pelo juízo a quo às fls. 93.

V- Recurso conhecido e improvido.

VI- Decisão por votação unânime.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2014.0001.000294-9 | Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho | 1ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 28/06/2016)

Acrescente-se ainda que, a partir da edição da Medida Provisória 340/06, convertida na Lei 11.482/2007, tais normas estabeleceram valores fixos para as indenizações, que vão de R\$ 2,7 mil (cobertura de despesa médica) a R\$ 13,5 mil (em caso de morte) e tais valores estão vigentes desde 2007 sem qualquer correção, sendo que o seguro pago pelo condutor de veículo automotor é atualizado anualmente, não sendo repassado às vítimas de acidente de trânsito.

Logo, tal valor deve ser revisto por este Douto Juízo, haja vista que não condiz com a realidade entre o prêmio do seguro DPVAT pago, o qual é atualizado anualmente, e o valor recebido pela vítima de acidente de trânsito, o qual recebe um valor fixo desde 2007, sem considerar quase 10 (dez) anos de ausência de correção monetária.

Existe já projeto de lei que propõe que as indenizações sejam corrigidas anualmente pelo índice de reajuste do prêmio do seguro dpvat ou pelo IGP-M, o que for maior, sendo exatamente o caso, haja vista que o segurado realiza pagamento atualizado, mas na hora de receber o seguro, o valor segue congelado desde 2007.

O valor da indenização por invalidez conforme a Lei nº 11.482/07 devidamente atualizado pelo IGP-M seria no importe de **R\$ 23.596,22 (Vinte e três mil e quinhentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos)** atualizado até a data de 24 de agosto de 2017.



Logo, o valor devido ao autor com a compensação do valor já recebido seria no importe de **R\$ 16.508,72 (dezesseis mil e quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos)**.

Tendo em vista todo o exposto, bem como os documentos e exames médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, o qual não retrata a realidade da situação do requerente, nem tampouco houve observância dos Dispositivos legais já citados e do valor corrigido monetariamente, sendo o mesmo credor de diferenças, restando demonstrado as presentes sequelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

Ademais, deve ser corrigido o valor a ser recebido pelo índice de reajuste do prêmio do seguro Dpvat ou pelo IGP-M acrescido de juros, o que for mais benéfico.

6. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Como visto a parte autora não possui condições de arcar com as despesas decorrentes da presente ação requerendo, por conseguinte, a concessão do beneplácito da Gratuidade da Justiça, nos moldes do art. 4º da Lei nº 1.060/50.

7. DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos acima expostos e, confiante nos sábios ensinamentos que certamente serão emanados por esse MM. Juízo requer digne-se Vossa Excelência em determinar:

- a. A citação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b. Que seja reconhecida a competência territorial deste D. Juízo, uma vez que a ré possui agência ou sucursal da ré na presente jurisdição, como bem preceitua o art. 53 do NCPC;
- c. A condenação da requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT à parte autora devidamente corrigido anualmente pelo índice de reajuste do prêmio do seguro dpvat ou pelo IGP-M, **R\$ 16.508,72 (dezesseis mil e quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos)**.



, com a dedução do valor já recebido, desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

d. De forma alternativa, caso Vossa Excelência não entenda pelos fundamentos e condenação da ré ao pagamento dos valores expostos no item anterior, o autor postula a condenação da requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, **no valor de R\$ 6.412,50 (Seis mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, conforme previsto pela Lei 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

d. A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

e. Requer-se ainda, para as disposições do artigo 39 do CPC, que todas as intimações sejam efetuadas em nome de **RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/CE 29.668-B** com domicílio profissional à Rua Pinheiro Machado, nº 132, sala 04, Bairro Centro, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 95.770-000. Email: pinheiroedavilaadvogados@gmail.com.

f. Protesta finalmente, pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;

g. A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da Lei nº 10.060/50, eis que o autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e o de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;

Dá-se a causa o valor de R\$ 16.508,72 (dezesseis mil e quinhentos e oito reais e setenta e dois centavos).

Termos em que, Espera e Pede deferimento.

Feliz/RS, 24 de agosto de 2017.

p.p. RACHEL INGRID C. PINHEIRO

OAB/RS 77.053-A / OAB/CE 29.668-B







PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Maria Alexandra de Lima, brasileira, solteira, vendedora, inscrita no CPF nº 027.148.673-24, RG nº 2367860, residente e domiciliada na Rua Raimundo Nilanara, 876, bairro Poty Velho em Teresina/PE, cep: 64-005-803, telefone: (86) 3234-8541 / (86) 98848-6923

OUTORGADO: **CINARA TOTH MARQUES**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RS 50.533, **RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/CE sob nº 29.668-B, **CARLOS JOSÉ DA SILVA D'AVILA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/RS sob nº 39.880.

PODERES: Por este instrumento particular o outorgante nomeia e constitui seu procurador outorgado acima qualificado, o qual poderá agir investido dos poderes da cláusula "**Ad Judicia Et Extra**" e concordar, discordar, reconvir, requerer falência, transigir, acordar, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, sacar alvará judicial, representar o outorgante em audiência de conciliação, instrução e substabelecer, sendo vedado os outorgados receberem citações, bem como as intimações dos artigos 475-A, §1º, 659, §5º e 687, §5º, todos do Código de Processo Civil Brasileiro.

FINS: Defender os interesses do outorgante em ação judicial.

Teresina, 26 de maio de 2017.

Francisco de Assis Martins Lima





Pinheiro & Pinheiro

ADVOCADOS ASSOCIADOS
PRAÇA OSWALDO CRUZ Nº15, SALA 1804, CENTRO - PORTO ALEGRE-RS - CEP: 91000-10
TELEFONE: (51) 3225-4098 / 9912-1780 / 9834-9569
E-MAIL: pd.advogados@ymail.com.br

DECLARAÇÃO

Maria Alexandra de Lima, brasileira, solteira,
vendedora, inscrita no CPF nº 027.148.673-24, RG
nº 2367860, residente e domiciliada à Rua Rai-
mondo Vilanova, 876, bairro Poty Velho em Teresi-
na/PI, cep: 64-005-803, fone: (86) 3234-8541

declara pelo presente instrumento, fazer jus ao benefício da Gratuidade da Justiça, garantido pela Constituição Federal, artigo 7º, LXXIV, eis que é desprovido de recursos financeiros para mover demanda judicial, não tendo dinheiro para arcar com as custas processuais, honorários advocatícios e demais despesas descritas no art. 3º da Lei nº 1.060/50, sem prejuízo seu e de sua família.

Teresina, 26 de maio de 2017.

Francisco de Assis Martins Lima

Praça Oswaldo Cruz nº15, Sala 1804, Centro - Porto Alegre-RS
CEP: 95.778-000 - Tel. (51) 3325-4098 / 9912-3891 / 9834-9569



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.367.860 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/10/16

NOME MARIA ALEXANDRA DE LIMA

FILIAÇÃO MARIA DO ROSARIO DE FÁTIMA LIMA
FRANCISCO DE ASSIS MARTINS LIMA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 03/04/1986

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 123937 L 162A F 524

EXP TERESINA-PI 31/05/88

CPF 027.148.673-24

0973116 ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

ASSINATURA DO TITULAR 0973116

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Impossibilitado

0973116





Av. Marechal Castelo Branco, 101 - Norte - Teresina - PI
Inscrição Estadual: 19.301.656-7 / CNPJ: 06.845.747/0001-27
Internet: www.agespisa.com.br
Atendimento ao Consumidor: 08000 86 8888

Fatura Mensal

MATRÍCULA 1214582-3		Hidrômetro A05N257027	Referência JAN/2017																																
Nome/Razão Social/Endereço MARIA DO ROSARIO DE FATIMA RUA RAIMUNDO VILANOVA, 876 POTI VELHO TERESINA 64005803 AG= 23																																			
Situação Água/Esgoto 3/1	Rgs. 1	Categorias de Uso Com. Ind. Pub.	Inscrição 110 6 02 0009 0055-000																																
Período de Consumo De 31/01/2017		Dias Consumo 31/01/2017 29																																	
Histórico de Consumo <table border="1"><thead><tr><th>Mês/Ano</th><th>Leitura</th><th>Consumo</th><th>Ocorr.</th></tr></thead><tbody><tr><td>07/16</td><td>324</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>08/16</td><td>336</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>09/16</td><td>348</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>10/16</td><td>360</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>11/16</td><td>372</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>12/16</td><td>384</td><td>12</td><td>25</td></tr><tr><td>01/17</td><td></td><td>12</td><td>25</td></tr></tbody></table>		Mês/Ano	Leitura	Consumo	Ocorr.	07/16	324	12	25	08/16	336	12	25	09/16	348	12	25	10/16	360	12	25	11/16	372	12	25	12/16	384	12	25	01/17		12	25	Forma de Faturamento 25-FECHADO HABITADA	
Mês/Ano	Leitura	Consumo	Ocorr.																																
07/16	324	12	25																																
08/16	336	12	25																																
09/16	348	12	25																																
10/16	360	12	25																																
11/16	372	12	25																																
12/16	384	12	25																																
01/17		12	25																																
		Cód. Responsável 926706934	Código da Tarifa 01																																
		Consumo Médio 12	Cons. Fixo Água Cons. Fixo Esgoto																																
		Consumo 12	Consumo Faturado 12																																
DESCRIÇÃO DA FATURA																																			
Cód. AGUA	Nome do Serviço	Valor (R\$)																																	
	MANUTENCAO HIDROMETRO	35,33 1,90																																	

VENCIMENTO 10/02/2017 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 37,23
AVISO DE DEBITO! CONTAS: 54 VALOR: R\$3570,88
CONFORME LEI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30
DIAS APÓS VENCIMENTO.

CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME PORT 234/2016							
Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,5	0,3	Ausente	Ausente
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	308	89	308			308	308
Nº Amostras Realizadas	321	108	321			321	321
Nº Amostra que Atende Legislação	308	108	318			319	321
Valor Médio							
Conclusão	PRESEPE A QUALIDADE DA AGUA. LAVE OS RESERVATÓRIOS SEMESTRALMENTE.						

Mensagens
ACESSO NAO PERMITIDO PARA LEITURA DO HIDROMETRO POR TRES
MESES SEGUIDOS, SERA ARBITRADO CONSUMO, CONF. REGULAMENTO

Assinatura
Agospisa



Inscrição 110 6 02 0009 0055-000	AG= 23		
Res. 1	Categorias de Uso Com. Ind. Pub.	Matrícula 1214582-3	Referência JAN/2017

VENCIMENTO

10/02/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)

37,23

82660000000-2 37230001821-8 21458230120-3 17000000001-9



você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não "deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Converse e discuta no trabalho predisponha a acidentes pela desatenção.

Leia e refita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes.

Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manuseio dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho.

Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número.....023480..... Série.....00024-PI.....



Maria Alexsandra de Lima

ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome MARIA ALEXANDRA DE LIMA
 Loc. Nasc. TERESINA Est. PE Data 03/04/1946
 Filiação FRANCISCO DE ASSIS MARTINS LIMA e
MARIA DO ROSARIO DE PATIMA LIMA
 Doc. Nº P.O. Nº 2.367.860-PE exp. 30.04.02

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 19/04/05 DRT SINE-PE

[Assinatura]
 Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome.....
 Doc.
 Nome.....
 Doc.
 Nome.....
 Doc.
 Est. Civil.....
 Doc.
 Nascimento.....
 Doc.
 Doc.





12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador OLIVEIRA DE MATEM
CNPJ/MF 08.953.374/0001-55
Rua SAO JOAO N° 333
Município BOA VISTA Est. PA
Esp. do estabelecimento COMERCIO
Cargo PROFESSOR DE MATEMÁTICA
Data admissão 19/08/2017 CBO n° 2512
Registro n° 02 de 2017 Fls./Ficha 20
Remuneração especificada 1.500,00
Com. Dispensa CD N° 1
Ass. do empregador ou a rogo c/test. Luciano Portella Lima
1° Luciano Portella Lima 2° Luciano Portella Lima
Data saída 19/08/2017 de 2017
Ass. do empregador ou a rogo c/test. Luciano Portella Lima
1° Luciano Portella Lima 2° Luciano Portella Lima
Com. Dispensa CD N° 1

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
CNPJ/MF
Rua N°
Município Est.
Esp. do estabelecimento
Cargo
Data admissão de de
Registro n° Fls./Ficha
Remuneração especificada
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1° 2°
Data saída de de
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
1° 2°
Com. Dispensa CD N°



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.004337/2016-21

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 18/11/2016 - 09:05

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

12/09/2016 - 07:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. BOA ESPERANÇA, Nº:

Complemento

Bairro

MATADOURO

Ponto de Referência

LAGOAS DO NORTE

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: MARIA ALEXANDRA DE LIMA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 2367860 PI

Mãe: MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA LIMA

Endereço: RUA RAIMUNDO VILA NOVA, Nº 876

Bairro: MAFRENSE

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-8830-3888

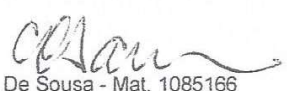
NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

A VITIMA RELATA QUE CONDUZIA A MOTO JTA/SUZUKI EM 125 YES, PLACA NHV-9400-PI, COR PRETA, RENAVAM 939139804, PROP. DE FRANCISCO DE ASSIS MARTINS LIMA, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, SENTIDO CENTRO, QUANDO O CONDUTOR DE UMA OUTRA MOTO DE PLACA IDENTIFICADA, QUE TRAFEGAVA NO MESMO SENTIDO, REALIZOU UMA MANOBRA DE CONVERSÃO, SEM A DEVIDA ATENÇÃO, PROVOCANDO A COLISÃO. FOI SOCORRIDA PELO SAMU E LEVADO PARA O HUT. (PRONT. 419489). DECLARAÇÕES DA NOTICIANTE.


Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA


MARIA ALEXANDRA DE LIMA - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



Acta



NOME DO PACIENTE: Maria Alexandre Lima
NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 419.489

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS À SUA UTILIZAÇÃO".



alspedst

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Time: 12/09/2016 09:18:26

DADOS DO PACIENTE:


-Net: EUCELIS
 -No: EMERGENCIAPED

Nome: MARIA ALEXANDRA LIMA		Prontuário: 419489
Mãe: MARIA DO ROSARIO DE FATIMA LIMA	Pai: FRANCISCO DE ASSIS MACHADO LIMA	
End.Resid.: RUA RAIMUNDO VILA NOVA 876 - MAFRENSE - TERESINA - PI - CEP: 64000-040		
Nascimento: 03/04/1986	Idade: 30a:5m:9d	Sexo: Feminino Fone: - -
Responsável: MARIA DO ROSARIO	CNS: 898002326763027	
Profissão: VENDEDORA	Documento:	
G. Instrução: Não informado	E.Civil: Casado(a)	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

<u>Código:</u> 568779	<u>Data:</u> 12/09/2016 08:11:58	<u>Condução:</u> AMBULÂNCIA DO SAMU
<u>Motivo da Procura:</u> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC		<u>Convênio:</u> S U S
<u>Acid.Trab.:</u> Não	<u>Acid. Trajeto:</u> Não	<u>Acid. Trab. Típico:</u> Não
		<u>CID Secundario:</u> V299

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

<u>Sinal/Sintoma:</u>	<u>Evento Principal:</u>	<u>Destino:</u>	<u>Classificação:</u>
PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Dor intensa	CIRURGIÃO GERAL	Laranja
<u>Breve História:</u> VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO TRAZIDA PELO SAMU IMOBILIZADA COM DOR EM MLI. RELATA QUE ELA CAPACETE. SEM OUTROS SINAIS DE TRAUMAS. ECG: 15 VELOCIDADE. 60KM/H POR: 5			<u>Profissional Clas. Risco:</u>  EUCELIS CEME DE OLIVEIRA COREN 221106 Em: 12/09/2016 08:18:25

DADOS CLÍNICOS: (Hora: :)

Acidente de moto com escorregão e
queda de cabeça no chão
09:20 Suspeito de fratura no braço
Fratura exposta de úmero direito. A.C.C.
Flavio Mac. B. Z. de S. Coutinho
Ortopedista e Traumatologista
CRM-RS 3102

PA: <u> </u> X <u> </u> mmHg	Pulso: <u> </u>	FC: <u> </u> bpm	Temp: <u> </u>
Diagnóstico inicial:			CID: <u> </u>

Dr. Coline Jose M. Raulino Neto
Cir. Geral

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

lesão de nervo radial

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

DATA: / / HORA: : .

Procedimento CID

Maria do Rosário de Almeida
Assinatura Paciente ou Responsável

Assinatura - Profissional Medico





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
 Fundação Hospitalar de Teresina - FHT

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
 Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 Nº. do chamado 1786 / 01	02 Data do chamado 12 / 09 / 16	03 PRO (código) 2838	04 Saída do PA 07:29	05 Chegada ao local 07:38
	06 Saída do local 07:54	07 Chegada ao 1º. hospital 08:08	08 Saída do 1º. hospital	09 Chegada ao 2º. hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço Av. Soa Esperanças				
	11 Bairro Matadouro		12 Município-UF TER-PI	Código IBGE	
	13 Ponto de referência Lagoas do norte				
Dados do Paciente	14 Nome Maria Alexandra Lima			15 Sexo 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino <input checked="" type="checkbox"/> 9 - Ignorado	
	16 Idade 03/04/1986 1 - Dia 2 - Mês 3 - Ano 9 - Ignorado		Se idade ignorada, preencha com 999		17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input checked="" type="checkbox"/> 9 - Ignorado
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência 01 - Acidente de transporte 02 - Agressão física-espantamento 03 - Agressão física-FAF 04 - Agressão física-FAB 05 - Urgência psiquiátrica 06 - Tentativa de suicídio 07 - Envenenamento 08 - Afogamento 09 - Queimadura 10 - Choque elétrico 11 - Queda 12 - Urgência clínica 13 - Urgência obstétrica 14 - Transferência 15 - Exames complementares 16 - Outros 17 - Já removido 18 - Falso chamado				
	01 <input type="checkbox"/>				
Acidente de Transporte	19 Vítima <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado		20 Meio de locomoção <input checked="" type="checkbox"/> 1 - A pé 2 - Automóvel 3 - Motocicleta 4 - Bicicleta 5 - Ônibus/Micro-ônibus 6 - Outro 9 - Ignorado		21 Outra parte envolvida <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Automóvel 2 - Motocicleta 3 - Ônibus/Micro-ônibus 4 - Bicicleta 5 - Objeto fixo 6 - Animal 7 - Outra <input checked="" type="checkbox"/> 9 - Ignorado
	22 Equipamentos de segurança <input type="checkbox"/> Capacete <input type="checkbox"/> Airbag <input type="checkbox"/> Cinto de segurança <input type="checkbox"/> Assento para criança				
Exame Físico	23 Glasgow = 115 ABERTURA OCULAR 4-Espontânea 3-A voz 2-A dor 1-Nenhuma 5-Orientada 4-Confusa 3-Palavras inapropriadas 2-Palavras incompreensíveis 1-Nenhuma		RESPOSTA VERBAL RESPOSTA MOTORA 6-Obedece a comandos 5-Localiza dor 4-Movimento de retirada 3-Flexão anormal 2-Extensão anormal 1-Nenhum		24 Sinais Vitais Pulso 77 Resp. 120x70 PA 120x70 TAX. 98 SatO2 98
	26 Pupilas <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Iguais 2 - Desiguais		27 Pulso Radial <input checked="" type="checkbox"/> Central <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente		28 Sangramento <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Sim 2 - Não
	29 Dor <input checked="" type="checkbox"/> 0 Sem Dor 1 Leve 2 Moderada 3 Intensa 10		30 Fratura 1 - Sim <input type="checkbox"/> Exposta <input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input checked="" type="checkbox"/> 2-Não 3-Suspeito <input checked="" type="checkbox"/>		
Assistência	31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não) <input type="checkbox"/> Aspiração <input checked="" type="checkbox"/> Prancha longa/curta <input type="checkbox"/> Imobilização de extremidades <input type="checkbox"/> Oxigênio <input checked="" type="checkbox"/> Calor cervical <input type="checkbox"/> Reanimação cardiopulmonar <input checked="" type="checkbox"/> Curativos <input type="checkbox"/> Kred <input type="checkbox"/> Assistência obstétrica <input type="checkbox"/> Glicemia <input type="checkbox"/> Acesso Venoso <input type="checkbox"/> Medicamentos a) <input type="checkbox"/> b)				
	32 Hospital de Destino HUT <input type="checkbox"/> Não Removido				
Hospital de Destino	33 Condições de entrada <input checked="" type="checkbox"/> 1-Melhorado 2-Piorado 3-Imalterado		34 Óbito <input type="checkbox"/> 1-Sim <input checked="" type="checkbox"/> 2-Não <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Antes do socorro <input type="checkbox"/> Antes do transporte <input type="checkbox"/> Durante o transporte		
	Observações Interdisciplinar Paciente vítima de Acidente de Trânsito. colisão motocicleta + pedestre. segue consciente, orientada, calma e eufórica. Apresentando fratura exposta em M.D. realizado contensão de sangramento e imobilização do local. Imobilização de cervical. Aguardando SAMU estáveis.				
Responsável pela recepção 		Socorristas Médico Yenyca Nalda AE/TE 403.801		Enfermeiro Fernando Condutor	

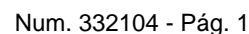
..11.2011





PRESCRIÇÃO MÉDICA

MOD





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente			Mara Alexandra Lima		
Diagnóstico pré-operatório			Fratura da tíbia de úmero + lesão de m. radial		
Operação - Tipo			Osteossíntese do úmero + fixação do rádio		
Cirurgião		1º Assinante		2º Assinante	
Oswaldo Mendes		F. Mendes		M. Mendes	
2º Assinante		3º Assinante			
Instrumentador(a)		Anestesiista		Anestesia	
Anestésico(a)					
Data da Operação		Início		Fim	
20/09/16		8:10			
Diagnóstico Pós-operatório					
Relatório Imediato do Patologista					
Acidente Durante a Operação					
não houve					
21-09-16 Kassia Imagem Periodical Control Métricas: 85504 SABE-HUT Confere com Original					
X5					
DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO (Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)					
Anestesia geral, colocação de curativos Incisão lat. entre fr. e fr. e fr. e fr. Exploração do rádio, fratura intracondilare epicondilar (lesão intracondilare entre fragmentos, incisão prox. e distal, colocação placa porta el. percutânea (2) curativos, sutura dos ferros Tota ex. operada					
Dr. Oswaldo Mendes Filho Ortopedia e Traumatologia CPF 898.311.674-49 CRM-P 2108					

MOD. 76 - HUT



Assinado eletronicamente por: RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO - 30/08/2017 18:16:51

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17083018065919900000000319430>

Número do documento: 17083018065919900000000319430

Num. 332104 - Pág. 2



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente			Moni Alcinda Lima		
Diagnóstico pré-operatório			rotura do útero (D - Frontal)		
Operação - Tipo			Lme + Pix Extame		
Cirurgião		1º Assinante			
2º Assinante		3º Assinante			
Instrumentador(a)		Anestesista		Anestesia	
Dr. Caio Vaz de Oliveira Neto Médico Oncologista CRM-PI 3054		Dra. Célia Anestesiologista CRM-PI 1894		Bloquent	
Anestésico(a)					
Data da Operação		Início		Fim	
Diagnóstico Pós-operatório			Ovario + Lme N. Rodial		
Relatório Imediato do Patologista			Recebido de emergência no 2º Tempo P Trocado		
Acidente Durante a Operação					
DESCRÇÃO DA OPERAÇÃO (Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)					
Paciente em posição - Ampio e Anterior					
Lme de 1º a 2º tempo - Lme e Lme					
Recebido					
Lme 000 Extame 0000 Lme (D)					
Recebido - Ampio - Sutura					
- Curofina					
Dr. Caio Vaz de Oliveira Neto Médico Oncologista CRM-PI 3054					

MOD. 76 - HUT





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

RUA DR. OTTO LITO 1820 - REDENÇÃO - FONE: 86 3229.4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pág: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARIA ALEXANDRA LIMA** (Prontuário: 419489)
Endereço: RUA RAIMUNDO VILA NOVA 876 - MAFRENSE - TERESINA - PI CEP: 64000-040
Nascimento: 03/04/1986 Idade: 30a:6m:4d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 568779
Requisição: 675004 Solicitação: 12/09/2016 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 843722 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040051

Data Exame: 12/09/2016

BRACO

O estudo radiológico do braço direito foi realizado nas incidências em pa/perfil. os seguintes aspectos foram observados:

- Fratura fragmentada recente desalinhada na diafise umeral.
- Aumento de volume de partes moles.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 07/10/2016

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 - CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARIA ALEXANDRA LIMA** (Prontuário: 419489)
Endereço: RUA RAIMUNDO VILA NOVA 876 - MAFRENSE - TERESINA - PI CEP: 64000-040
Nascimento: 03/04/1986 Idade: 30a:6m:4d Sexo: Feminino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 172562
Aquisição: 675115 Solicitação: 12/09/2016 Solicitante: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO
Controle: 843843 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 237 LEITO 253

RELATÓRIO:

Id. SIA: 0204040051

Data Exame: 12/09/2016

BRACO

O estudo radiológico do braço direito foi realizado nas incidências em pa/perfil. Os seguintes aspectos foram observados:

- Fratura no 1/3 médio do úmero, fixada por aparelho metálico.

Dr. CEZAR)

TERESINA - PI 07/10/2016

ELIANE RODRIGUES MENDES

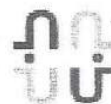
CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO



Hospital
Universitário

Nome do Paciente			Prontuário		Nº Cartão SUS
MARIA ALEXANDRA DE LIMA			3846904		898002326763027
Nascimento	Idade	Sexo	RG/CPF	Nome da Mãe	
03/04/1986	30	Feminino	2367860	MARIA DO ROSARIO DE FATIMA LIMA	
Profissional Solicitante			Conselho	Nº da Solicitação	
OSVALDO MENDES FILHO			2108	204249	

DIAGRAFIA DO BRAÇO DIREITO

ALTO:

Redução difusa da densidade mineral óssea.

Controle de osteossíntese de fratura transversa no terço médio da diáfise do úmero, composto por placa e parafusos, em evidência de reabsorção óssea ou soltura.

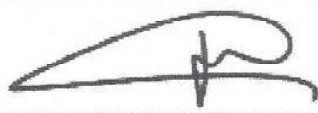
Lesões arredondadas, radiolúcidas, no terço médio/proximal da diáfise do úmero, correspondendo a área de manipulação cirúrgica prévia.

Articulações moles sem alterações.

DR. JORGE AZAR CHAIB NETO

***** FIM *****

(Folha 1 de 1)

Profissional	
Nome	Nº Conselho
JORGE AZAR CHAIB NETO	CRM 3556
12/11/2016	
Data	

Imprimir somente para visualização. Não pode ser validada



Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160703132 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA ALEXANDRA DE LIMA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

BENEFICIÁRIO MARIA ALEXANDRA DE LIMA

CPF/CNPJ: 0271486/324

Posição em 26-05-2017 14:56:12

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
19/12/2016	R\$ 7.087,50	R\$ 0,00	R\$ 7.087,50

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

